

NOTA

O Governador de Roraima, Antonio Denarium e sua gestão sempre trabalharam alinhados para a retomada da dignidade de um Estado que foi entregue a ele em 2019 em situação de total calamidade e depois de conseguir equilibrar as contas, foi surpreendido por duas ondas de pandemia e mais, a maior crise migratória já vista na história do Brasil.

Hoje Roraima vive um novo momento, mas não pode ignorar que problemas ainda existem e sempre foi buscado pelo Governo do Estado uma solução e parceria com o Governo Federal.

No caso específico dos povos indígenas, o Governo do Estado sempre buscou atuar com alternativas de inclusão nas etnias onde essa inclusão era permitida, mas dentro dos limites, respeito a cultura e aos hábitos de cada povo.

Exemplo disso é o projeto de plantio de grãos em terras indígenas. Para 2023 serão 2.000 hectares de milho e feijão caupi, com envolvimento de mais de 1.500 famílias indígenas. O Governo fornece os insumos em geral e maquinário para o plantio e colheita.

Na saúde, o atendimento inicial é de responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena, subordinada ao Ministério da Saúde, com autonomia financeira e administrativa. Em caso de agravamento do quadro de saúde do paciente indígena, as cinco unidades hospitalares da Capital acolhem e tratam. Em quatro anos foram 27.650 atendimentos e procedimentos em geral somente a pacientes indígenas.

No Social, por meio do programa Cesta da Família atende a 11.000 famílias indígenas em situação de vulnerabilidade social que vivem em comunidades com acesso.

Na educação, o Governo do Estado mantém 247 escolas indígenas, que contam com 18.560 alunos e 2.267 professores. Além disso, o Governo realizou concurso para contratação de 1.000 professores indígenas.

Roraima é um estado com a menor população do Brasil, mesmo hoje chegando a 750 mil habitantes, segundo estimativas do IBGE, população essa que só seria alcançada em 2032, ou seja, 10 anos na frente do crescimento regular o que gera a pressão no sistema público como um todo (Saúde, educação, segurança, social, infraestrutura, entre outros). Por esse motivo o Governo do Estado sempre buscou auxílio junto ao Governo Federal, tendo algumas demandas atendidas e outras não.

No caso específico da atuação da defesa civil estadual, foi determinação do governador que na fortes chuvas de 2021, a estrutura do estado percorreu todas as áreas e identificou a necessidade de apoio do governo federal e a documentou junto aos ministérios que poderiam auxiliar, fazendo o seu papel constitucional de informar e está sempre a disposição para ser acionado como uma força auxiliar na adoção de políticas públicas do Governo Federal em prol de indígenas ou não.

“Sempre estive muito atento aos problemas do Estado e sei da fragilidade que temos por ser uma unidade federativa pequena e ainda muito dependente dos recursos vindos do governo federal. Por esse motivo, é regra em nosso governo a atenção a tudo, o pedido de auxílio quando necessário, o atendimento de todos os pedidos dentro das nossas possibilidades e a coerência com as nossas ações”, enfatizou Denarium.

Com relação às críticas feitas em veículos nacionais, o governador se diz tranquilo, pois acredita que muita coisa foi tirada de contexto, mas esquecem que essa desassistência por parte do governo federal é que causou essa situação dos povos yanomami. “Reafirmo ser contrário o garimpo em área indígena, que não quero ver indígenas ou não vivendo e passando por privações e principalmente não quero soluções paliativas como as feitas até hoje, precisamos juntos, unidos, governo do Estado e governo federal dar soluções definitivas para todo e qualquer problema que aflige a nossa gente, sejam eles indígenas ou não”, complementou o governador.